

RELATÓRIO

**A SEGURANÇA DE TIMOR-LESTE E O CONTEXTO
REGIONAL**

**DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE COOPERAÇÃO
MILITAR PORTUGUESA**

Introdução

O presente relatório foi elaborado na sequência da realização de um conjunto de entrevistas e de inquéritos junto de especialistas de diversos países do Sudeste Asiático, ligados a diversos *think-tanks* e com acesso aos meios políticos e militares regionais. Para além disso, foram tidos em conta os resultados dos contactos mantidos com as chefias militares bem como com alguns militares portugueses que participaram na missão de paz em Timor-Leste, no âmbito das reuniões de trabalho realizadas em 17 de Fevereiro e 13 de Maio de 2004 no IEEI e de diversos contactos subsequentes.

Para a elaboração deste trabalho foi tida em conta a experiência acumulada da cooperação militar portuguesa em África, em particular com os países africanos lusófonos, com o objectivo de identificar as lições que podem ser extraídas desta experiência e consideradas úteis para a futura relação com Timor-Leste. Esta abordagem justifica-se pelo facto de, uma vez finda a missão da ONU em Maio de 2005, a futura relação com Timor-Leste tender a aproximar-se daquilo que tem sido o quadro de cooperação militar bilateral com a África de expressão portuguesa.

1. A participação portuguesa na Missão de Paz

A participação de Portugal na operação de manutenção de paz em Timor foi, sem dúvida, a operação deste género de maior envergadura em que Portugal esteve envolvido. A participação iniciou-se em Janeiro de 2000 integrada na Peace Keeping Force (PKF) da UNTAET (resolução nº 1272 do Conselho de Segurança, de 25.10.1999) envolvendo cerca de 1000 militares dos três ramos das Forças Armadas, nos seguintes termos:

- 1 Batalhão de Infantaria reforçado com um destacamento de engenharia e uma Companhia de Fuzileiros navais da Armada: 709 efectivos (554 militares do Exército +155 da Armada) em Fevereiro de 2000, aumentando para 852 (697 E+ 155 A) em Fevereiro de 2001 e reduzidos para 645 em Abril de 2002.
- 1 Destacamento de Helicópteros ligeiros (cerca de 30 militares, reduzidos para 14 em Abril de 2002)
- Staff do Quartel-general da PKF

A partir de Maio de 2002 as forças portuguesas passaram a integrar a UNMISET (resolução do Conselho de Segurança nº 1410, de 17.5.2002) tendo sido mantidos os mesmos efectivos até Dezembro de 2003, momento em que se registou uma nova redução para 501 efectivos a partir de Janeiro de 2004. O contingente português representou sempre uma fracção muito significativa do número total de efectivos da operação de manutenção de paz, tendo o seu peso relativo no total da força aumentado de 15% na fase inicial para cerca de 31% em Abril de 2004, envolvendo nesta data 522 efectivos (tropas e observadores militares) num total de 1744 efectivos, o que correspondia ao maior contingente nacional superior ao australiano (314 efectivos)¹ – vd. Quadro 1.

A participação de Portugal nesta operação de paz teve um impacto não apenas ao nível multilateral e da imagem do país no seio das Nações Unidas mas também ao nível regional. No momento em que se concretiza a retirada das forças militares portuguesas que têm estado envolvidas na INMISET e se reflecte sobre a relação futura com Timor-Leste no domínio da segurança, é necessário ter em conta a interacção entre três factores essenciais: (i) o teor da resolução do Conselho de Segurança sobre a continuidade da missão da ONU em Timor-Leste (ii) a percepção regional sobre a presença e o papel de Portugal (iii) as mudanças no quadro de segurança regional e a natureza das ameaças de segurança para Timor-Leste.

A participação na operação de paz e a percepção regional sobre Portugal

Antes da decisão histórica do Presidente Habibie de Janeiro de 1999 de dar luz verde ao referendo sobre a auto-determinação em Timor-Leste e à crise que se seguiu, a visão regional sobre Portugal era claramente negativa, desactualizada, historicamente datada e fortemente associada ao colonialismo e à imagem de abandono de Timor. A percepção do Portugal moderno, democrático e europeu era inexistente.

Com efeito, a partir de 1992 em consequência da crescente visibilidade internacional da questão de Timor-Leste e da eficácia da acção diplomática portuguesa na defesa da auto-determinação de Timor-Leste, Portugal era visto como uma ameaça para a segurança regional por duas razões fundamentais:

¹ Ministério da Defesa, Estado Maior General das Forças Armadas (www.emgfa.pt/pages/navegamissoes) e UN Security Council, Special Reports of the Secretary-General on the United Nations Mission of Support in East Timor de 13.2.2004 (S/2004/117, Annex IV) e de 29.4.2004 (S/2004/333 Anexo IV).

- (i) A independência de Timor poderia criar um precedente e abrir uma caixa de pandora na Indonésia, incentivando outros movimentos separatistas e conduzindo a um cenário de fragmentação da Indonésia e fragilização do Estado com consequências dramáticas para a segurança regional.
- (ii) Outros membros da ASEAN (Filipinas, Malásia, Tailândia), também a braços com alguns movimentos separatistas no seu território, encaravam a auto-determinação de Timor como um risco indirecto para a sua integridade territorial.

Nestes termos, não só por uma questão de solidariedade com a Indonésia e respeito pelo sacrossanto princípio da não interferência nos assuntos internos dos países membros, mas também por interesse próprio, os outros membros da ASEAN sempre manifestaram a sua oposição às pretensões de Portugal. Contudo, é necessário notar que esta era a visão da elite política e dos militares mas não era uma visão homogénea nos países do Sudeste Asiático, na medida em que nos países que tinham iniciado transições democráticas (Tailândia, Filipinas), os sectores democráticos tinham uma visão algo diferente sobre o papel de Portugal e eram particularmente sensíveis aos argumentos relacionados com as violações dos direitos humanos em Timor-Leste. No caso da Indonésia, os sectores democráticos acabaram por estabelecer um *link* interessante entre a solução do problema de Timor-Leste e o aprofundamento do processo democrático interno não só porque a defesa dos direitos humanos era uma causa comum a Timor e à Indonésia, mas também porque os militares eram simultaneamente identificados como os principais responsáveis pelo problema de Timor e como um dos obstáculos mais significativos ao processo de democratização interna, pelo que o seu controlo e submissão ao poder civil era um objectivo prioritário.

A decisão de Habibie de Janeiro de 1999 introduziu a primeira nota de alteração da percepção sobre Portugal: a Indonésia reconhecia o direito à auto-determinação e acordava na realização do referendo o que indirectamente tinha como consequência legitimar a posição defendida por Portugal durante muitos anos.

Por outro lado, o papel da diplomacia portuguesa na crise de 1999 foi bem aceite e compreendido, enquanto antiga potência colonial, e visto como construtivo e responsável, sobretudo no quadro marcado pela inacção da ASEAN que se mostrou incapaz de tomar qualquer medida para um problema regional abrindo as portas à

necessidade de intervenção externa, facto que acabou por fragilizar a credibilidade da Organização.

Em terceiro lugar, o facto de Portugal ter integrado de forma expressiva a força de manutenção de paz da ONU, num quadro de grande instabilidade que implicava risco para a vida dos seus militares, contribuiu para convencer os países da região sobre a seriedade e consistência da posição portuguesa. Neste contexto, é possível considerar que a visão regional sobre Portugal se alterou substancialmente em consequência não só da acção diplomática mas também da articulação e coerência desta com a participação portuguesa na operação de manutenção de paz.

A percepção regional e a presença dos militares portugueses

A continuidade da participação portuguesa no âmbito da UNMISET e a manutenção de um nível de envolvimento elevado permitiram reforçar a posição de Portugal. Analisando mais detalhadamente o conteúdo dessa percepção regional e tendo por base um conjunto de entrevistas realizadas com especialistas de diversos *think-tanks* da região com acesso aos círculos políticos e militares², importa realçar os seguintes aspectos:

- (i) *Em geral, existe uma imagem positiva de Portugal que é, em boa medida, alimentada pelo, e dependente, do sucesso da operação de paz na estabilização de Timor-Leste.***

De uma imagem de Portugal como factor gerador de instabilidade regional passou-se para uma imagem de contribuinte líquido para a estabilidade regional. No entanto, esta imagem tenderá a diminuir de intensidade à medida que Timor-Leste deixa de ser uma prioridade regional para países actualmente preocupados com ameaças imediatas mais sérias, em particular o terrorismo.

- (ii) *Portugal é encarado de per se, isoladamente, e não como membro da União Europeia.***

Em boa medida isto resulta da ausência da UE como actor estratégico no Sudeste Asiático, onde é patente o dualismo europeu: a coerência e robustez no plano económico e comercial contrastam com a incoerência e fragilidade no plano da

² Os *think-tanks* com os quais foram estabelecidos contactos e feitas entrevistas no âmbito desta investigação incluem : Institute for Strategic and Development Studies, ISDS das Filipinas (Prof^a Carolina Hernandez), o Institute of International and Strategic Studies, IISS da Tailândia (Kusuma Snitwongse), o Centre for Strategic and International Studies CSIS, da Indonésia (Kusnanto Anggoro), Singapore Institute of International Affairs (Yeo Lay Hwee), Institute of International and Strategic Studies, IISS Malásia (Jawhar Hassan)

defesa e segurança. Existe apenas uma excepção em termos da presença individual, o Reino Unido, através da sua participação activa no “Five Power Pact Arrangement” através do qual o Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia conferem uma garantia de segurança à Malásia e Singapura. A ausência estratégica da UE na região é claramente um factor de fragilização da presença portuguesa.

(iii) Apesar da imagem positiva existe uma heterogeneidade de percepções entre diferentes países da região.

De um modo geral, os países cuja percepção sofreu uma maior alteração e se revela mais positiva foram aqueles que estiveram directamente envolvidos na força de paz, em particular a Tailândia, Filipinas, Coreia do Sul, Japão e Malásia. Nenhum destes países, designadamente a Tailândia, Filipinas, Malásia e Singapura, encarou a presença de militares portugueses como um retorno da ex-potência colonial ou como manifestação de qualquer tentativa de influência neo-colonialista. Pelo contrário, estes países compreendem e respeitam o facto de Timor-Leste ter uma relação especial com Portugal pelo que a presença portuguesa não é encarada como um acto unilateral mas sim como a resposta a um apelo forte do Governo e população timorenses. As questões sobre o julgamento do comportamento de Portugal no passado foram relegadas para segundo plano, salientando-se, numa perspectiva pragmática, o contributo português para a estabilização do país no momento presente.

Em todo o caso, regista-se também uma clara sensibilidade relativamente a uma eventual presença portuguesa fora do quadro da ONU. Com efeito, a imagem positiva que os países mais influentes da ASEAN têm de Portugal está em boa medida alicerçada no facto de a presença dos militares portugueses ter ocorrido num quadro multilateral e no âmbito da missão de paz das Nações Unidas. Uma vez finda esta missão, a eventual presença, no futuro, de tropas portuguesas numa base bilateral encontraria resistências regionais e não seria vista com bons olhos mesmo por países com uma postura mais flexível como a Tailândia ou as Filipinas. Neste contexto, nas actuais circunstâncias e sem uma estratégia proactiva de preparação prévia junto dos países da região, existe o risco de uma presença militar portuguesa num quadro bilateral poder vir a afectar negativamente a imagem de Portugal e reduzir o capital político entretanto acumulado.

Em termos gerais os aspectos mais valorizados da performance dos militares portugueses relacionam-se com três aspectos essenciais: a formação e disciplina; o profissionalismo e capacidade operacional e a boa articulação com o comando da

PKF; o bom relacionamento com a população local e a disponibilidade para execução de algumas actividades de apoio ao desenvolvimento³.

Austrália

No que diz respeito à Austrália, a potência regional com maior projecção e o país com maior influência em Timor-leste, a visão inicial envolvia alguma desconfiança relativamente a Portugal e reservas sobre a capacidade e preparação dos militares portugueses, o que se traduziu numa relação por vezes difícil no terreno, consequência da tomada de decisões sem consulta às forças portuguesas. A percepção australiana acabou por se alterar significativamente em consequência da interacção no terreno, passando a ser mais positiva e reconhecendo a preparação, profissionalismo e disciplina das forças portuguesas. Para além disso, a partir de final de Agosto de 2003 com a chegada do novo comando da Malásia da PKF (General Khairuddin Mat Yusof) e do desenvolvimento subsequente de um ambiente de alguma tensão entre a Malásia e a Austrália no seio da PKF, a visão sobre Portugal também se alterou num sentido mais favorável e assumiu uma nova dimensão, na medida em que Portugal passou a ser encarado como um factor de mediação, atenuação de tensões e estabilização dentro da própria PKF. Em todo o caso, a visão australiana é marcada por alguma ambiguidade, mantendo-se alguma reserva gerada pela relação especial que Portugal mantém com Timor-Leste e que alguns sectores vêem como factor de limitação da influência australiana.

Indonésia

Relativamente à Indonésia a percepção é algo diferente e tende a ser mais neutra. De facto não existe propriamente uma imagem positiva mas também não existe uma imagem negativa, sendo claro que a imagem negativa prevalecente até finais de 1999 se desvaneceu. O facto de não ter existido uma interacção directa no terreno entre os militares portugueses e indonésios, nomeadamente porque foram as forças australianas e neozelandesas que estiveram colocadas na fronteira, contribui para explicar esta situação. Contudo, deve notar-se que nalguns círculos restritos, nomeadamente sectores mais conservadores no seio das Forças Armadas (nomeadamente da Kopassus) e sectores islâmicos, continuam a existir muitas reservas e uma atitude crítica sobre a presença e o papel de Portugal em Timor. Apesar disto, de um modo geral a presença de militares portugueses em Timor-

³ A questão da participação activa das tropas portuguesas em acções de ajuda humanitária foi claramente salientada no discurso do Comandante da PKF General Bin Mat Yusof Khairuddin, de 7.5.2004, por ocasião da cerimónia de imposição de medalhas das Nações Unidas a diversos militares portugueses.

Leste é uma “não questão” para os círculos militares indonésios, não sendo vista como um problema, desde que integrada na força da ONU.

A atenção dos militares indonésios está fortemente concentrada nas questões internas e no processo político em curso. Por outro lado, o sucesso do processo de Timor e a estabilidade das relações com a Indonésia interessa directamente aos sectores democráticos que o encaram como um sucesso da própria democracia, em boa medida porque instabilidade em Timor geraria instabilidade na Indonésia e conferiria aos sectores militares mais conservadores argumentos para um reforço da sua posição. A eventual consolidação da posição do General Wiranto na corrida presidencial e a sua eventual eleição levanta algumas incertezas sobre um eventual agravamento das relações Indonésia -Timor Leste, embora seja de considerar que, se este cenário se vier a confirmar, a atenção da comunidade internacional não deixará de constituir um factor de contenção e moderação da posição da nova liderança indonésia.

(iv) Portugal é visto como um actor relativamente neutro sem uma agenda estratégica agressiva.

A imagem de Portugal é associada a um actor relativamente neutro sem uma agenda estratégica agressiva para a região e sem um projecto de interferência ou alteração dos equilíbrios regionais. Este aspecto é valorizado positivamente até porque contrasta com a percepção sobre a postura da Austrália, encarada pelos países da ASEAN como um actor apostado no reforço do seu domínio regional. No entanto, alguns especialistas entrevistados levantaram mesmo a questão se Portugal teria alguma agenda estratégica, objectivos concretos a longo prazo para a sua presença em Timor e esforço no processo de estabilização. Este comentário denota que para muitos observadores não são claras as motivações e objectivos substantivos para a presença de militares portugueses, o que suscita a questão de um eventual défice de comunicação e eventualmente a necessidade de um maior esforço de reflexão, identificação e explicitação da agenda estratégica portuguesa para a relação com Timor.

PAÍS	PERCEPÇÃO PORTUGAL	SOBRE	POSIÇÃO PRESENÇA PORTUGUESA FUTURA	S/ MILITAR
-------------	-------------------------------	--------------	---	-----------------------

INDONÉSIA	Neutra	Neutra c/ reservas
TAILÂNDIA	Positiva	Restritiva (apenas no quadro da ONU)
FILIPINAS	Positiva	Restritiva (apenas no quadro da ONU)
SINGAPURA	Positiva	Restritiva (apenas no quadro da ONU)
COREIA DO SUL	Positiva	Neutra
AUSTRÁLIA	Ambivalente (positiva com reservas)	Negativa
MALÁSIA	Neutra (evoluindo para positiva)	Restritiva (apenas no quadro da ONU)

Importa salientar que a visão de Portugal na Ásia não é moldada apenas pela ligação a Timor-Leste mas está também associada a Macau. O que é interessante registar é que a visão de Portugal a partir de Timor contrasta com a imagem de Portugal a partir de Macau. A imagem de Portugal a partir de Timor é mais positiva, alicerça-se no seu envolvimento no quadro da ONU, no respeito e defesa dos direitos humanos e das regras do direito internacional, enquanto a imagem a partir de Macau sempre esteve associada a uma atitude tolerante e menos enérgica na defesa dos direitos humanos tendo Portugal sido acusado, em meados da década de 90, de ter “um peso e duas medidas” devido às posições tomadas relativamente à Indonésia e à China, nomeadamente na Comissão de Direitos Humanos em Genebra.

2. A manutenção da presença militar portuguesa: factores condicionantes

Decisão do Conselho de Segurança sobre a missão de *follow-up*

A continuidade da presença de militares portugueses em Timor-Leste estaria sempre fortemente dependente da decisão que o Conselho de Segurança viesse a tomar sobre a extensão da missão da ONU em Timor, questão que já foi objecto de apreciação e decisão em Nova Iorque através da Resolução do Conselho de Segurança 1543 (2004) de 14 de Maio⁴, na sequência de negociações complexas. Embora existisse um consenso sobre a extensão da missão da ONU por mais um ano, existiam divergências sobre o formato preciso da missão da ONU,

⁴ UN Security Council, Resolution 1543 (2004), 14 May, S/RES/1543 (2004).

nomeadamente sobre se deveria existir ou não uma componente militar, tendo-se registado três posições diferentes.

Em primeiro lugar, a posição inicial do *Governo timorense* defendia a continuidade da missão com uma componente militar ainda com alguma dimensão, embora mais reduzida do que a existente em Maio de 2004, envolvendo a manutenção de 1 Batalhão até finais de 2006.

Em segundo lugar, a posição liderada pela *Austrália* apontava para a continuidade da missão sem uma componente militar, apenas com uma componente policial reforçada envolvendo a criação de uma reserva especial de forças de intervenção rápida, argumentando que as ameaças mais sérias à segurança de Timor-Leste eram internas pelo que a resposta mais eficaz seria policial e não militar. Esta posição contava com o apoio inicial de alguns dos membros permanentes do Conselho de Segurança, nomeadamente os Estados Unidos e o Reino Unido.

Surgiu ainda uma terceira solução avançada pelo *Secretário-Geral da ONU* no seu relatório de 13.2.2004⁵ que, para além da componente civil (58 conselheiros) e policial (157 conselheiros policiais), propôs a manutenção de uma pequena componente militar (310 efectivos, incluindo uma 1 Companhia infantaria, conselheiros militares e alguns helicópteros), surgindo assim como uma posição intermédia, que foi apoiada por Portugal.

A proposta do Secretário-Geral acabou por recolher um forte apoio na sessão de debate de 20.2.2004⁶. A manutenção de uma componente militar foi apoiada por todos os países da ASEAN, como a Tailândia, Singapura, Filipinas e Malásia, assim como pelo Japão, Brasil e alguns países europeus – Portugal, França e Espanha. Apenas a Austrália e o Reino Unido manifestaram claras reservas à existência de uma componente militar, defendendo a solução da existência apenas de uma componente policial no domínio da segurança. A posição dos EUA acabou por ser relativamente neutra nesta questão não expressando qualquer preferência por uma ou outra orientação, posição igualmente adoptada pela Indonésia que preferiu não se pronunciar sobre esta questão.

A solução que veio a ser consagrada na Resolução 1543 foi a proposta do Secretário-Geral da ONU: extensão da UNMISSET por um período de 6 meses, com a

⁵ Special Report of the Secretary-General on the United Nations Mission of Support in East Timor, 13.2.2004, S/2004/117, pp. 14-15

⁶ Security Council, 4913th meeting, press release SC/8005.

extensão por um novo período de 6 meses até 20 de Maio 2005 com um processo de avaliação intercalar, envolvendo uma componente civil (58 conselheiros para a área da justiça e administração pública), uma componente policial (com duas vertentes, um grupo de 157 conselheiros policiais e uma Unidade de Resposta Internacional com 125 homens) e uma componente militar composta por 310 militares e 42 observadores militares. A acção diplomática portuguesa na ONU foi decisiva para garantir a existência de uma componente militar e inverter o cenário de consagração da tese australiana, nomeadamente através da acção desenvolvida junto dos EUA

Este consenso emergente e a não consagração da tese australiana parece explicar-se antes de mais pela circunstância de os EUA terem adoptado uma posição mais flexível, não manifestando, na fase decisiva, apoio claro à Austrália, associado ao facto de os países da ASEAN terem inequivocamente apoiado a existência de uma componente militar. Por outro lado, foi aceite a proposta conjunta australiana-britânica-americana de criação da Unidade Internacional Rápida de Intervenção da Polícia para intervir em situações de emergência. Finalmente, o facto de, apesar de não existir qualquer confirmação sobre a composição da força militar, existirem rumores de que provavelmente a companhia virá ser constituída integralmente por forças das Fidji, país com uma relação muito próxima com a Austrália, de quem depende integralmente para garantir a sua defesa, traduz um eventual acordo de bastidores que satisfaz as pretensões australianas.

Neste cenário, apesar de ter conseguido o objectivo de manutenção de uma componente militar, a margem de manobra de Portugal para manter a presença de militares portugueses no quadro da missão da ONU foi eliminada, pelo que se irá verificar a retirada dos 518 efectivos. Portugal continuará a participar na UNMISSET mas de forma simbólica, com apenas 9 observadores militares, sendo de salientar que manterá a chefia dos observadores militares da UNMISSET.

Contudo, esta retirada não significa que, no médio prazo, não se possa vir a equacionar novamente um cenário de presença de militares portugueses em Timor-Leste. Com efeito, após o fim da missão da ONU em Maio de 2005, Portugal poderá vir a ser confrontado com um pedido formal do Governo timorense para, num quadro bilateral, deslocar efectivos para Timor para apoiar a consolidação do sistema de segurança. Por razões óbvias, Timor-Leste terá interesse em diversificar as suas relações de cooperação neste domínio de modo a reduzir o risco de uma dependência e domínio exclusivo da Austrália. Esta hipótese deve ser equacionada

desde já pelo Governo português, de forma a ponderar com antecedência a resposta a tal solicitação, e desenvolver as diligências que contribuam para criar condições favoráveis para uma eventual resposta positiva.

É certo que no actual contexto tem prevalecido a percepção de que a presença de forças militares portuguesas só foi possível porque ocorreu sob o chapéu da ONU, sendo que qualquer presença numa base bilateral seria extremamente delicada e pouco viável já que levantaria suspeições e prováveis reacções negativas regionais. Esta era sem dúvida a situação no início da presença, em 1999, e durante um certo período de duração da missão. Contudo, a realidade é dinâmica pelo que a percepção não é necessariamente a mesma neste momento, após a experiência concreta no terreno, tendo-se registado alterações nas percepções regionais resultantes quer do comportamento e avaliação da performance dos militares portugueses em Timor-Leste, quer da evolução do quadro complexo de relações entre a ASEAN e a Austrália. Estas alterações poderão contribuir para criar um ambiente e condições mais favoráveis para uma eventual presença de tropas portuguesas em Timor-Leste num quadro bilateral.

Em primeiro lugar, a boa imagem deixada pelos militares portugueses, quer em termos de profissionalismo e disciplina quer de relações humanas, e as boas relações e canais cultivados com os militares asiáticos presentes (Filipinas, Tailândia, Coreia do Sul, Singapura e Japão) permitiu criar uma percepção positiva sobre o papel de Portugal e a sua mais valia e eficácia na criação de condições de segurança. O facto de, na fase final, após Dezembro de 2003, o contingente português ser o maior contingente nacional, superior ao australiano, pode ser interpretado como um sinal do reconhecimento desta situação. Neste domínio, parece ser essencial que, após a retirada, Portugal não perca o capital de relações pessoais e contactos e canais institucionais com forças militares de diversos países da região construído ao longo destes 5 anos, promovendo, por exemplo, troca de visitas, participação em reuniões e seminários que permitam não só manter activos os canais mas também consolidar o *know-how* sobre o quadro de segurança regional, factor condicionante essencial para a segurança de Timor. Este é um tipo de conhecimento que importa ser aprofundado não só para que a função de aconselhamento em matéria de segurança de Timor-Leste possa ser eficaz e de qualidade, mas também para que a capacidade de acção no contexto da UE e o papel de “advogado de Timor” possa ser desempenhado com credibilidade.

Em segundo lugar, os países da ASEAN consolidaram a percepção que Portugal é um actor relativamente neutro no contexto regional, não tendo qualquer agenda estratégica agressiva ou de reforço de influência regional, o que contribuiu para dissipar algumas desconfianças e reservas iniciais. Acresce ainda que foi reconhecida a vantagem comparativa essencial de Portugal que se traduz numa capacidade invulgar de relacionamento com a população local (e de respeito por parte desta) e com a liderança timorense, aceitando os países da região a existência de uma relação especial entre Dili e Lisboa.

Em terceiro lugar, na fase final da UNMISSET, sob o comando da Malásia, foi evidente a existência de um ambiente de tensão entre a Malásia e a Austrália, o que criou uma situação interessante em que Portugal passou a desempenhar um papel de mediador e facilitador das relações entre ambos, adoptando uma posição equidistante. Esta postura mereceu o reconhecimento quer da Malásia quer da Austrália, contribuindo nomeadamente para uma melhoria significativa das relações entre os militares portugueses e australianos que até aí se defrontavam com algumas dificuldades.

Esta circunstância pode levar alguns países da ASEAN, a começar pela Malásia, a olhar para uma eventual presença portuguesa no futuro de forma mais positiva, encarando-a como uma mais valia, na medida em que pode constituir um factor de limitação da influência australiana (tendo em conta a experiência e a relação especial de Portugal com Timor), contrabalançando o excessivo domínio de Camberra. Tal evitaria que esse papel fosse desempenhado no terreno pela ASEAN, reduzindo assim os custos de um clima de tensão e degradação das relações com a Austrália, com consequências negativas em termos globais, num contexto em que os diferentes actores partilham interesses comuns relevantes em matéria de segurança regional, nomeadamente no capítulo do combate ao terrorismo. Estaríamos perante uma estratégia de redução do risco e minimização de custos políticos.

Neste quadro, parece igualmente relevante o esforço que Portugal possa desenvolver no sentido de contribuir para que a UE se interesse mais pela segurança na Ásia, e pelo Sudeste Asiático em especial.

Outro factor a considerar é a natureza das ameaças a que Timor-Leste está sujeito – a cooperação portuguesa deve adaptar-se a essa realidade de modo a preparar da melhor forma a capacidade de resposta timorense a estas ameaças. Esta

questão tem de ser analisada no contexto regional e tendo em conta as importantes mudanças registadas desde que Portugal iniciou a sua participação na operação de paz, em 2000, e que se revela agora bem mais instável e complexo.

3. A SEGURANÇA NO SUDESTE ASIÁTICO – FACTORES ESTRUTURAIS E MUDANÇAS NO QUADRO REGIONAL DE SEGURANÇA NO PÓS-11 SETEMBRO.

A arquitectura fundamental da segurança na Ásia está alicerçada em dois vectores fundamentais. Em primeiro lugar, o domínio estratégico e uma forte presença dos EUA na região quer através de forças terrestres, fundamentalmente concentradas no Japão e na Coreia do Sul, quer de uma significativa força naval, a Sétima Esquadra, quer de um domínio estratégico baseado numa rede de acordos de segurança bilaterais com diversos países (para além dos acordos com o Japão e a Coreia do Sul, também Singapura, a Austrália e a Tailândia).

Em segundo lugar, o funcionamento do triângulo estratégico EUA-China-Japão, decisivo para a estabilidade e segurança regionais. Este triângulo caracteriza-se por uma assimetria entre os seus três lados. O vector EUA-Japão é claramente o mais forte, correspondendo à aliança prioritária e estruturante na Ásia, embora a relação esteja sujeita a novos desafios, face aos recentes sinais de mudança na política de defesa do Japão. O vector EUA-China caracteriza-se por um misto de tensão e crescente competição estratégica, nomeadamente no Sudeste Asiático, com a China a querer assumir-se como nova potência regional e a desafiar o tradicional domínio estratégico americano na região, e que atingiu o seu expoente máximo por ocasião da crise com o incidente do EP-3 perto de Hainan em 2001, e por uma cooperação global mais activa, particularmente após o 11 de Setembro, na sequência da alteração da política da Administração Bush face à China e que determinou uma melhoria das relações Washington-Pequim. Esta é, sem dúvida, a relação decisiva para a segurança na Ásia.

O vector China-Japão é o mais problemático e frágil, caracterizado por uma competição latente e forte desconfiança, agravado pela questão de Taiwan, com um potencial de destabilização da região muito significativo. Neste contexto, os EUA têm desempenhado um papel fundamental como “rolha da garrafa” na relação tensa entre o Japão e a China, associado a um fenómeno de “contenção cruzada em espelho”: a China vê a presença americana como um factor decisivo de contenção do Japão, que impede a sua emergência como potência militar ; o Japão

encara a presença americana como um factor fundamental de contenção da China e de prevenção de abuso de poder enquanto potência regional. A reconciliação efectiva entre a China e o Japão constitui uma condição necessária para a paz e estabilidade regionais e globais mas, paradoxalmente, os EUA, embora desempenhando um papel moderador, têm objectivamente constituído um obstáculo para o aprofundamento do diálogo directo entre Pequim e Tóquio, que permita a solução definitiva dos diferendos. Aliás, a preferência dos EUA pelo bilateralismo e pela gestão de uma rede de acordos de segurança bilaterais tem sido um factor impeditivo da emergência de soluções multilaterais de segurança no contexto asiático.

Ameaças à segurança no Sudeste Asiático: as mudanças no pós-11 Setembro

Apesar de o quadro global de segurança na Ásia ser fundamental para analisar a segurança no Sudeste Asiático, existem factores sub-regionais específicos que devem ser considerados. Os principais desafios para a segurança no Sudeste Asiático no pós Guerra Fria tinham um carácter tradicional – ameaças *hard security* relacionadas essencialmente com as disputas territoriais e definição dos limites físicos da soberania na região. Estas disputas ocorriam entre membros da ASEAN (Tailândia-Myanmar, Tailândia-Cambodja, Singapura-Malásia, Malásia-Indonésia) mas a ameaça mais significativa relacionava-se com a situação no Mar do Sul da China, em particular a questão das ilhas Spratlys, e envolvia igualmente a China (RPC, Taiwan, Filipinas, Malásia, Vietname e Brunei), a nova potência regional cuja emergência foi vista como uma ameaça para a segurança regional.

A este contexto, no qual o risco de conflito armado era, em todo o caso, baixo, os Estados da região responderam com uma corrida aos armamentos que se acentuou durante toda a década de 90 e só abrandou com o início da crise asiática em 1997, em consequência das novas limitações orçamentais com que diversos países se passaram a debater. A lógica era a do “equilíbrio do poder” procurando cada um dos membros da ASEAN não só manter ritmos de crescimento das despesas militares semelhantes ao dos outros membros mas também em relação à China. Esta resposta contribuiu para gerar mais insegurança, agravada pelos sinais de declínio do envolvimento dos EUA e perda do seu interesse estratégico no Sudeste Asiático, o que expunha a ASEAN ao risco China (por ex., a ocupação do Mischief Reef pela China em 1995, com consequências preocupantes para as Filipinas, foi vista como uma consequência da retirada americana da base de Subic Bay).

Apesar deste ambiente de segurança, registaram-se também desenvolvimentos positivos na solução pacífica de algumas disputas territoriais, nomeadamente as relativas às ilhas de Sipadan e Ligitan, entre a Malásia e a Indonésia, e às ilhas de Pedra Branca entre Singapura e a Malásia, ambas submetidas à arbitragem do Tribunal de Justiça Internacional. Em sentido contrário, registaram-se em 2003 tensões graves entre a Tailândia e o Camboja, que levaram à mobilização de tropas nas fronteiras e à retirada dos respectivos embaixadores, tendo as relações bilaterais sido suspensas até Maio de 2003. As tensões entre a Malásia e o Brunei também conheceram uma escalada em Junho de 2003.

As mudanças no pós-11 Setembro

O 11 de Setembro teve um impacto significativo no quadro da segurança regional no Sudeste Asiático a três níveis:

- (i) a mudança na natureza das ameaças prioritárias;
- (ii) mudança da política americana relativamente à região e reforço da competição estratégica com a China;
- (iii) reforço limitado dos esforços de cooperação regional em matéria de segurança.

Em primeiro lugar, houve uma mudança significativa no quadro das ameaças à segurança, com as ameaças não-tradicionais a ganharem prioridade, em particular o terrorismo, mas também a pirataria marítima, o contrabando de armas e o tráfico de droga. As ameaças tradicionais passaram para um segundo plano, com uma redução da tensão no Mar do Sul da China, em boa medida explicada pela nova estratégia global de parceria da RPC relativamente à ASEAN e que culminou na assinatura da “Declaração sobre o Código de Conduta no Mar do Sul da China” em Novembro de 2002, na qual todas as partes se comprometem a não recorrer ao uso da força e à ocupação de quaisquer ilhas, ilhéus ou recifes.

Em segundo lugar, o facto de o Sudeste Asiático ter sido reconhecido como a “segunda frente” no combate ao terrorismo, em virtude de ter passado a ser o novo centro de atenção e acções da al-Qaida após a derrota no Afeganistão, gerou uma mudança radical da posição do Sudeste Asiático na agenda americana, traduzida num renovado interesse e presença dos EUA na região. Essa nova aposta concretizou-se na assinatura de um acordo de cooperação com a ASEAN na luta contra o terrorismo transnacional, em 2003, bem como na celebração de novos

acordos bilaterais e na reactivação de laços com diversos países, em especial (i) Singapura, o país da ASEAN melhor preparado para o combate contra o terrorismo, que estabeleceu uma *task force* governamental desde 2001 e tem controlado activamente as operações financeiras, com quem Washington coopera activamente em matéria de serviços de informações e onde as forças navais americanas têm acesso privilegiado a bases; (ii) Filipinas, a quem os EUA disponibilizaram meios para o reequipamento das Forças Armadas, para além de enviarem efectivos militares para formação e para o apoio directo nas operações anti-terroristas contra o principal grupo terrorista, Abu Sayyaf, cujos efectivos terão sido reduzidos em cerca de 75% (iii) Malásia, país com o qual as relações dos EUA melhoraram significativamente após o 11 de Setembro, encarado por Washington como exemplo de país islâmico moderado, o que se traduziu na assinatura de um acordo bilateral de troca e partilha de informações.

As relações são mais frias e distantes com a Tailândia, país que é visto como um elo frágil na luta anti-terrorista e que persiste numa atitude de negação da existência de grupos terroristas organizados dentro das suas fronteiras, e a Indonésia, encarado igualmente como um elo fraco, cujo governo revela grandes hesitações na definição de um programa enérgico e articulado de luta contra o terrorismo, também em resultado da política de sanções em matéria de ajuda militar relacionada com a violência dos militares indonésios em Timor-Leste em 1999, agravado pelo caso da morte de dois americanos na Papua em 2002, com fortes suspeitas de envolvimento das TNI.

Um outro factor fundamental tem sido o crescente interesse estratégico da China e do Japão na região. Numa lógica de competição estratégica com Washington, em primeira linha, e de forma mais marginal com Tóquio, Pequim iniciou uma nova fase de relacionamento com a ASEAN no domínio económico, com o projecto da zona de comércio livre ASEAN-China alicerçado na impressionante eficácia e dimensão das Comunidades de *Overseas Chinese*, mas também no domínio da segurança com a inédita adesão da China ao Tratado de Amizade e Cooperação de 1976 da ASEAN (o único Estado não-membro da organização a fazê-lo) e a assinatura da "Joint Declaration on Strategic partnership for peace and prosperity" em Outubro de 2003, numa parceria que foi definida como "não-alinhada, não-militar e não-exclusiva". Muito recentemente, em Janeiro de 2004, a ASEAN e a China assinaram um memorando de cooperação nas áreas não-tradicionais de segurança (tráfico de droga, tráfico de pessoas, pirataria marítima, terrorismo, contrabando de armas, branqueamento de capitais, cibercrime) prevendo quatro

áreas fundamentais de cooperação: troca de informação; troca de especialistas e formação; cooperação na área de *Law enforcement* com vista a promover a celebração de acordos de cooperação judiciária; e investigação conjunta.

A China tem um interesse estratégico em contrabalançar o domínio estratégico dos EUA, mas também em garantir um ambiente regional estável, essencial para o seu sucesso económico, e o acesso a fontes de energia essenciais, de que o país é crescentemente deficitário. Veja-se o caso do acordo com a Indonésia celebrado pela PetroChina para o acesso ao gás natural indonésio, quer através de contratos de compra quer de exploração conjunta, assim como o crescente envolvimento da China na prospecção *on shore* de petróleo em Timor-Leste. Acresce ainda que os corredores marítimos da região são vitais quer para o trânsito das mercadorias de exportação chinesas quer dos navios que transportam petróleo a partir do Médio Oriente.

Também o Japão tem tentado, de forma mais tímida, um maior envolvimento estratégico no Sudeste Asiático, em parte como resposta e contraponto às iniciativas chinesas. Assim, para além dos tradicionais instrumentos económicos, o Japão propôs logo em 1999 uma iniciativa de cooperação para combate à pirataria marítima (os barcos japoneses são uma das principais vítimas, para além de que estão em causa interesses vitais do país já que grande parte do abastecimento japonês de petróleo proveniente do Médio Oriente circula pelos Estreitos de Malaca e de Singapura) envolvendo a criação de uma guarda-costeira regional cuja missão era proteger o ambiente e os recursos mas também combater actividades ilegais como a pirataria, pesca ilegal e tráfico de droga. Esta iniciativa na área da *soft security* não teve, porém, sucesso em virtude das desconfianças históricas que o Japão ainda inspira na região. Importa salientar que é hoje claro o crescente interesse dos três membros do triângulo estratégico fundamental na Ásia pelo Sudeste Asiático, onde se desenrola uma parte significativa da sua competição estratégica na Ásia, procurando a ASEAN gerir esta competição em proveito próprio e evitar um nível de dependência excessivo relativamente a um único dos actores externos.

A terceira mudança fundamental foi a emergência de algumas iniciativas de reforço da cooperação regional, em especial na luta contra o terrorismo. A consciência das ligações sofisticadas entre diversos movimentos terroristas no Sudeste Asiático e as suas ligações à al-Qaida – em particular entre os grupos Abu Sayaf e MIFL das Filipinas, o grupo Jemaah Islamiyah, grupos de Aceh e Sulawesi da Indonésia e um

grupo do sul da Tailândia, que formam uma aliança regional organizada, o Rabitabul Mujahidin, que coopera na partilha de recursos, treino de operacionais, compra de armamento e planeamento de acções terroristas – levou os países da região a compreender que só através da cooperação regional poderiam responder eficazmente a esta ameaça. Apesar disto, e das declarações políticas na Cimeiras da ASEAN, os passos concretos são limitados. A medida mais concreta foi a assinatura do Pacto trilateral anti-terrorista entre as Filipinas-Malásia-Indonésia (a que o Camboja e a Tailândia aderiram posteriormente) de Maio de 2002, os três Estados que o *network* terrorista pretende unificar no projecto de criação de um estado islâmico pan-regional e cujas fronteiras são referenciadas como as de maior movimento de elementos terroristas na região. Este Pacto prevê múltiplas áreas de cooperação como o reforço do controlo de fronteiras, trocas de informações, partilha de listas de passageiros de voos etc. Para além de se registar a ausência dos dois Estados mais activos na luta anti-terrorista, Singapura e a Austrália, o que não deixa de limitar a sua eficácia, ilustra a tendência dos esforços de cooperação regional para se concentrarem nas áreas de troca de informações e reforço da capacidade institucional e deixarem de fora medidas operacionais conjuntas ou o reforço da cooperação judicial e legal, nomeadamente em matéria de extradição.

Tal resulta da existência de diversos obstáculos práticos a uma cooperação reforçada, que passam pela heterogeneidade de percepções dos países sobre a gravidade da ameaça terrorista (por exemplo, a Tailândia nega ainda o problema dentro das suas fronteiras, tal como fez a Indonésia antes de Bali); pelas diferenças e pelo contraste de capacidades institucionais, nomeadamente na capacidade das estruturas do Estado ligadas à segurança, sendo clara a existência de um grupo de Estados activo e forte, como Singapura e a Malásia, e um grupo mais vulnerável e com menor capacidade, como as Filipinas e a Indonésia, onde conflitos étnicos, má governação e instituições de *law enforcement* frágeis, e um clima político adverso a medidas duras de repressão dos terroristas facilita as suas actividades; prevalência de soluções bilaterais; e ainda, em alguns países, indefinições e conflitos internos de competências entre polícia e Forças Armadas sobre quem deve liderar a luta anti-terrorista.

A fragilidade da Indonésia nesta área contribui também para a vulnerabilidade de Timor-Leste sendo que existe o risco de que as fronteiras entre os dois países sejam cruzadas não só por milícias mas também por terroristas dos grupos indonésios que procurem refúgio em Timor.

Recentemente, a ASEAN deu um passo político significativo no sentido do aprofundamento da cooperação e da integração regional, com a aprovação da Declaração de Bali Concord II em Outubro de 2003, a qual visa a criação de uma Comunidade ASEAN em 2020, assente em três pilares fundamentais: a Comunidade Económica ASEAN, com a criação de um mercado único; Comunidade de Segurança ASEAN e a Comunidade Sócio-cultural ASEAN.

O projecto da criação da Comunidade de Segurança ASEAN surgiu de uma iniciativa da Indonésia e poderá dar, no longo prazo, um contributo relevante para o reforço da cooperação regional em matéria de segurança. No entanto, existem dois obstáculos claros a avanços concretos neste domínio decorrentes (i) da prevalência do princípio da não-interferência que, no essencial, continua a ser um dogma no seio da ASEAN, não existindo ainda sinais claros de um consenso no sentido da sua flexibilização, admitindo a interferência legítima quando a incapacidade dos Estados ponha em causa a segurança regional; (ii) do crescente papel dos actores externos na segurança regional, de tal modo que cada vez menos são possíveis soluções meramente regionais para problemas regionais.

Pirataria marítima

Outra das ameaças não-tradicionais crescentes à segurança regional e que tem também sérias implicações para Timor-Leste relaciona-se com o fenómeno crescente de pirataria marítima no Sudeste Asiático. De acordo com as estatísticas internacionais do International Maritime Bureau da International Chamber of Commerce⁷, o número de ataques de piratas no alto mar, em termos mundiais, aumentou de 335, em 2001, para 370 em 2002 e 445 em 2003. Em 2003, mais de 42% destes ataques ocorreram no Sudeste Asiático, com forte concentração nas águas territoriais e arquipelágicas da Indonésia, que representa mais de ¼ dos casos – 103 casos em 2002, o que representa 30% do total, e 121 casos em 2003, que representam 27,2% do total. Alguns destes casos ocorrem nos portos e existem vários indícios de que elementos da polícia marítima, guarda costeira e militares estejam directamente envolvidos nestes ataques, tendo em conta o nível de informação que os piratas têm sobre as rotas e as cargas dos navios. O ponto mais crítico é o estreito de Malaca, mas o problema está generalizado.

⁷ ICC, International Maritime Bureau, "Annual Piracy Report" 2002 and 2003 (www.iccwbo.org/ccs/)

Este problema não tem apenas implicações para o Sudeste Asiático mas também consequências estratégicas decisivas para toda a Ásia, em particular para a China e o Japão. É uma questão de segurança energética, dado que estes países são fortemente dependentes do petróleo importado do Médio Oriente e que passa pelo Estreito de Malaca, por onde passa cerca de 70% do petróleo com destino à Ásia Oriental. Para países como a China, com um nível de reservas estratégicas baixo (20 dias), problemas de segurança relacionados com a navegação dos petroleiros são essenciais e exigem uma atenção especial por parte da liderança chinesa. Mais de 80% do petróleo consumido pelo Japão é transportado por esta rota. Singapura tem procurado liderar os esforços de cooperação na luta contra a pirataria, quer através da proposta de um projecto de identificação por satélite dos navios, quer da criação de um centro de troca de informação sobre pirataria marítima.

O problema da segurança marítima viu-se ainda agravado pelo facto de terem sido descobertos planos das redes terroristas para atingir alvos marítimos. Alguns especialistas têm mesmo chamado a atenção para o facto de o reforço das medidas de segurança anti-terrorista em terra e relativamente ao transporte aéreo poder levar os terroristas a redireccionar a sua atenção para os alvos marítimos e os navios, que podem ser utilizados entrar em portos e causar grandes explosões.

4. As ameaças de segurança para Timor Leste

Timor-Leste não enfrenta, a curto prazo, nenhuma ameaça de segurança premente e, mesmo a longo prazo, não é provável que venha a enfrentar uma nova ameaça de invasão e ocupação. O novo Estado, todavia, não deverá conseguir passar ao lado de um ambiente regional que se caracteriza, desde o final dos anos 90, por uma instabilidade generalizada, fruto, em grande medida, de uma prolongada recessão económica e da mudança de regime na Indonésia. Simultaneamente, Timor-Leste será intrinsecamente vulnerável, devido às suas reduzidas dimensões, ao baixo desenvolvimento económico e à inexperiência das suas instituições políticas, administrativas, legais e de segurança. Por estas razões, seria pouco sensato da parte do seu governo menosprezar o vasto leque de desafios de segurança de baixa intensidade com que se defronta.

Os motivos de preocupação permanecerão, pois até que a situação política indonésia estabilize continuará a existir o potencial para que este grande vizinho, e antiga potência ocupante, seja fonte de preocupações de segurança para Timor-

Leste, se bem que qualquer ameaça seja, mais provavelmente, de natureza indirecta. Parece improvável, a curto prazo, qualquer recuperação da crise multidimensional que a Indonésia atravessa. No geral, a Indonésia continua a ser um Estado fraco. O governo não é capaz de promover a boa governação ou de combater a corrupção, o conluio e o nepotismo são endémicos e a «mentalidade da nova ordem» continua fortemente presente no sistema burocrático, obstruindo a democratização. Em Janeiro de 2001 teve início um processo de devolução administrativa e fiscal às regiões e, um ano depois, foi concedida uma «autonomia especial» às províncias rebeldes de Aceh e Papua (antiga Irian Jaya). O instrumento militar continua, porém, a ser excessivamente usado para reprimir os movimentos separatistas.

Um receio específico advém do facto de as TNI ainda não estarem efectivamente sob controlo político civil, permanecendo muito influentes politicamente, tanto em Jacarta como nos comandos territoriais das províncias indonésias. Este processo estagnou durante a presidência de Megawati Sukarnoputri. No futuro, os líderes políticos nacionalistas ou muçulmanos podem reavivar as tensões bilaterais pela exploração de desavenças com Timor-Leste. Apesar da reconciliação bilateral no topo da hierarquia política, alguns oficiais das TNI ainda têm relutância em aceitar a separação de Timor-Leste e podem apoiar acções que prejudiquem a estabilidade do novo país.

Se a estabilidade do leste da Indonésia se deteriorar ainda mais, com o enfraquecimento do controlo de Jacarta e/ou uma escalada dos conflitos comunitários (especialmente entre cristãos e muçulmanos), a segurança de Timor-Leste pode ser posta em causa por um vasto leque de problemas de baixa intensidade, incluindo o afluxo de refugiados. Por outro lado, qualquer reforço significativo de meios militares no leste da Indonésia, particularmente em Timor Ocidental, pode alarmar os líderes timorenses e prejudicar as relações bilaterais.

Questões fronteiriças, infiltrações das milícias e deslocados

Manter o controle sobre a acidentada e montanhosa fronteira terrestre entre Timor-Leste e Timor Ocidental será uma preocupação central de segurança no futuro mais próximo e um dos aspectos mais sensíveis. As infiltrações das milícias têm diminuído desde meados de 2003 e, desde então, não HÁ registo de confrontos sérios ou incidentes. Tal deve-se, em grande medida, a uma nova atitude de

cooperação por parte das TNI, que ajudam a minimizar a actividade das milícias no lado indonésio da fronteira, desarmando civis e encorajando os líderes milicianos a regressar a Timor-Leste. Mesmo se as milícias desmobilizassem, no entanto, as questões fronteiriças continuariam a causar preocupações de segurança. Com efeito ainda permanecem cerca de 28 mil refugiados timorenses junto da fronteira e o facto de o número dos que retornaram a Timor-Leste em 2003 ter sido diminuto (452), continua a constituir uma fonte significativa de preocupação. As autoridades indonésias anunciaram recentemente a sua intenção de atribuir a nacionalidade indonésia aos refugiados que não pretendem regressar, sendo posteriormente distribuídos por diferentes partes da Indonésia⁸.

No entanto, existem receios fundados de que esta aparente calma e inactividade das milícias não signifique uma solução definitiva do problema mas apenas uma posição táctica de adiamento, esperando pelo fim da presença da ONU para reiniciar operações. Os comentários de Singapura na reunião do Conselho de Segurança, atenta a eficácia e qualidade dos seus serviços de informações, confirmam claramente a existência deste factor de risco. Por outro lado, as notícias sobre o recente regresso do líder das milícias João Tavares a Atambua, junto da fronteira com Timor-Leste, em clara violação do acordo estabelecido, com o apoio financeiro da União Europeia, em 2003⁹ que previa a sua saída de Timor Ocidental e que passasse a residir em Yogyakarta, é um outro sinal preocupante da eventual intenção das milícias em reiniciarem, no momento considerado oportuno, acções de destabilização em Timor-Leste.

Por outro lado, enquanto os líderes timorenses estão concentrados, compreensivelmente, na ameaça residual que constituem as milícias que devastaram o país em 1999, Jacarta receia que a população local de Timor Ocidental possa começar a pensar numa união com Timor-Leste, possivelmente com o apoio de actores não-estatais. As TNI já exprimiram a sua preocupação com as actividades do embrionário movimento Grande Estado Timorense, que aspira à criação de um Estado independente que abranja os dois lados da ilha.

Criar um regime fronteiriço viável, que proteja os interesses de segurança da Indonésia e de Timor-Leste é fundamental para estabilidade de toda a ilha. Esse regime deverá incluir cláusulas dissuasoras de movimentos transfronteiriços não autorizados, nas duas direcções. A fronteira marítima e terrestre entre o enclave de

⁸ Security Council 4913th meeting, 20.2.2004, Press Release SC/8005

⁹ Sidney Morning Herald, 22 May 2004

Oecussi e Timor Ocidental, e o corredor que liga Oecussi ao resto de Timor-Leste exigirão uma atenção especial.

Segurança marítima: protecção de recursos, pirataria e contrabando

Timor-Leste também enfrenta o desafio de controlar e proteger as suas fronteiras marítimas e os recursos marinhos. Em Julho de 2001, a Autoridade Transitória das Nações Unidas e a Austrália concluíram um acordo interino de exploração dos mais valiosos recursos naturais do Mar de Timor, as reservas de petróleo e gás natural do Timor Gap, a que se seguiu o acordo de Maio de 2002. Estes acordos substituíram o tratado do Timor Gap, de 1989, entre a Austrália e a Indonésia, que perdeu validade com a decisão do parlamento indonésio, de Outubro de 1999, de reconhecer a separação de Timor-Leste. Garantir a protecção das instalações do petróleo e do gás (nomeadamente contra ameaças terroristas) dentro da Zona de Desenvolvimento Comum será uma das questões centrais de segurança para Timor, especialmente quando os campos Udan Bayu e Sunrise estiverem em plena laboração, tarefa que estará além das capacidades da força de defesa timorense.

Ainda não estão esclarecidas as dúvidas relativamente ao futuro da fronteira marítima entre a Austrália e Timor-Leste, que os timorenses esperam renegociar para alargarem a sua quota parte de *royalties* da ZDC. Esta questão tem provocado uma tensão crescente com a Austrália. Três fronteiras marítimas – nos extremos da linha fronteiriça que divide a ilha e a adjacente a Oecussi – ainda serão alvo de negociação com a Indonésia. Apesar de o espaço de contenção ser muito limitado, o estado geral das relações bilaterais deve influenciar o curso de qualquer futura negociação.

Ameaças tangíveis existem já em relação à pesca, o outro recurso marinho importante de Timor-Leste. As águas timorenses são presa fácil para pescadores indonésios, chineses, tailandeses e taiwaneses. É necessário proteger os recursos marítimos vivos para que Timor-Leste não perca uma fonte valiosa de alimento e de meio de vida. Casos as águas não sejam suficientemente vigiadas, existe igualmente o perigo de serem vistas como um paraíso para actividades marítimas ilegais, como a pirataria, o contrabando de pessoas e o tráfico de droga.

Criminalidade transnacional, contrabando e terrorismo

A criminalidade transnacional, o contrabando e o terrorismo são cada vez mais problemas de segurança na região Ásia-Pacífico. Os pequenos Estados, especialmente os que têm poucos recursos, sem instituições democráticas sólidas e em fase de superação de longos períodos de conflito e instabilidade, são particularmente vulneráveis. Esta avaliação aplica-se também a Timor-Leste, que enfrenta ameaças não-militares à segurança.

Algumas actividades criminosas passaram do domínio da justiça para o do segurança internacional, esbatendo a diferença entre estes dois domínios. Os Estados das ilhas do Pacífico têm sido vítimas da predação do crime organizado e Timor-Leste pode vir a ser ponto de passagem de drogas, branqueamento de capitais, contrabando e outras actividades ilícitas.

Destas ameaças, a mais séria é o tráfico de droga. O «Triângulo Dourado» da Ásia do Sudeste continental continua a ser uma importante zona de produção de droga. Existem provas de que o tráfico por via marítima, no Oceano Pacífico, e o transbordo de narcóticos pelos pequenos Estados insulares do Pacífico para os países consumidores são prática corrente. Pequenos Estados, como Timor-Leste, são vulneráveis perante organizações criminosas que tentam influenciar e intimidar governos, estabelecendo relações fortes com políticos, funcionários e agentes da autoridade, ameaçando a soberania nacional. Ao mesmo tempo, o alastramento local do consumo pode enfraquecer o tecido social e o bem-estar económico. Apesar de ainda não existirem indícios que apontem para a presença em Timor-Leste de organizações criminosas relevantes, relatórios credíveis sustentam que reconhecidos criminosos e traficantes de droga estão a analisar as potencialidades do território como possível ponto de passagem de contrabando para a Austrália e o Sudeste asiático.

O tráfico ilegal de pessoas é outra actividade lucrativa das organizações internacionais do crime. Desde o fim da Guerra Fria que o movimento irregular de pessoas se tornou numa questão humanitária e de segurança para a região Ásia-Pacífico. Os destinos são, geralmente, países desenvolvidos, mas outros Estados são usados como pontos de passagem, escolhidos em função da localização geográfica, de procedimentos de imigração e inspecções de entrada relativamente frágeis e da potencial cumplicidade de funcionários locais. Os vizinhos de Timor-

Leste da Ásia Oriental abrigam relutantemente entre 2 e 3 milhões de refugiados e deslocados internos, bem como 4 a 5 milhões de trabalhadores migrantes indocumentados enquanto, a sul, a Austrália se debate com um fluxo de pedidos de asilo do Afeganistão, do Médio Oriente e da China. Não é inconcebível que os traficantes de seres humanos venham a tentar explorar a localização estratégica de Timor-Leste, na encruzilhada marítima da Ásia e do Pacífico, como destino de trânsito para indivíduos que procuram asilo e para imigrantes ilegais que querem chegar à Austrália. Isto poderia complicar as relações com Camberra, para além de criar problemas de segurança e de recursos para Dili.

Estados fracos são um ambiente fértil para terroristas, como se vê no Sul das Filipinas e, cada vez mais, na Indonésia. Organizações terroristas e grupos criminosos colaboram de forma prejudicial para os Estados que os abrigam e para os seus vizinhos. No entanto, uma avaliação realista indica que a população timorense, na sua esmagadora maioria católica, não é um bom terreno para indivíduos ou grupos ligados às redes terroristas islâmicas.

Em suma, as principais ameaças externas para a segurança de Timor são ameaças difusas e não-tradicionais que exigem não apenas forças policiais bem treinadas mas um conjunto de respostas mais complexas:

- a) Existência de serviços de informações eficazes
- b) Participação activa no processo de cooperação regional na área da segurança – a questão é se a operação de paz facilitou e promoveu a criação de canais regionais com os países vizinhos ou pelo contrário contribuiu para uma lógica ilusória de auto-suficiência.
- c) Maior atenção à dimensão marítima e vigilância das águas territoriais, numa área em que a preparação de ataques terroristas contra interesses australianos terá implicações directas para as águas territoriais de Timor.

CONCLUSÕES

1. A imagem de Portugal no Sudeste Asiático melhorou significativamente em consequência do processo de transição e estabilização de Timor-Leste. De uma imagem negativa em que surgia como factor de instabilidade e risco para a segurança regional, Portugal passou a ser visto como actor com um papel positivo na estabilização da região. Esta nova imagem, inicialmente construída pela acção diplomática portuguesa, foi reforçada e consolidada pela experiência positiva de participação militar portuguesa na operação de manutenção de paz em Timor-Leste.
2. A percepção na região sobre o papel de Portugal não é uniforme mas antes heterogénea, variando as visões entre países e também entre diferentes sectores dentro do mesmo país. Em todo o caso, predomina a visão de Portugal como um actor isolado, e não como membro da UE, neutral e sem uma agenda estratégica agressiva.
3. A sustentabilidade desta imagem está claramente associada quer ao facto de a presença militar portuguesa ter ocorrido sob o chapéu da ONU quer ao sucesso da missão de paz. Contudo, existem claras resistências regionais à ideia de presença, no futuro, de forças militares portuguesas em Timor-Leste numa base bilateral.
4. O quadro da segurança regional é marcado por factores estruturais de longo prazo – em particular o papel dominante dos EUA e a crescente competição estratégica entre China-EUA, com Pequim claramente empenhada no reforço da sua influência na região e na consolidação do seu estatuto de potência regional, e a ausência da União Europeia enquanto actor estratégico – e por uma mudança conjuntural fundamental na percepção das ameaças e prioridades de segurança regionais em consequência do 11 de Setembro, passando a ser atribuída prioridade às ameaças não tradicionais - terrorismo, pirataria marítima, contrabando de armas e tráfico de droga – e relegando as ameaças tradicionais de *hard security*, envolvendo riscos de conflito armado entre Estados, para um plano secundário. A ausência da UE no plano da segurança regional é um factor que fragiliza a posição portuguesa e o seu papel em Timor mas a nova prioridade atribuída às questões não-tradicionais de segurança cria

oportunidades para a UE reforçar o seu envolvimento e o seu contributo potencial para a segurança regional.

5. As ameaças à segurança de Timor-Leste são essencialmente de baixa intensidade e de natureza não-tradicional e difusa, envolvendo quer as ameaças ligadas aos problemas da fronteira com a Indonésia e o risco de infiltração de milícias, quer as ameaças associadas à pirataria marítima nas suas águas territoriais, ao tráfico de droga e de pessoas e ao contrabando. Esta circunstância torna mais complexa a tarefa de encontrar respostas para essas ameaças, na medida em que estas exigem uma cooperação regional reforçada em matéria de segurança. Neste contexto, e apesar da evolução positiva das relações bilaterais e de cooperação com Jacarta, a Indonésia continua a constituir um problema sério para a segurança de Timor, contrariamente às expectativas iniciais, não em resultado de qualquer atitude hostil ou agressiva deliberada de Jacarta, mas sim em consequência da fragilidade da Indonésia que tem revelado crescentes sinais de um *failed state*, incapaz de controlar a sua própria segurança. Com efeito, a Indonésia constitui o elo fraco no sistema de segurança regional, com efeitos colaterais negativos para os países vizinhos. Em suma, ironicamente, o risco para a segurança de Timor-Leste não tem sido a existência de uma Indonésia forte e hostil mas sim de uma Indonésia fraca e com deficiências de governação. Um dos planos mais vulneráveis é o da segurança marítima e vigilância de águas territoriais, área em que Timor-Leste não tem, nem é provável que venha a ter, uma capacidade naval operacional mínima.

RECOMENDAÇÕES

1. A saída das tropas portuguesas e o fim da presença de efectivos militares no terreno não deve significar um declínio na prioridade que Portugal atribui à segurança de Timor-Leste mas deve antes ser encarada como o início de uma nova fase em que a cooperação militar e de segurança portuguesa deverá explorar novos instrumentos, procurando ter um papel activo na construção da política de cooperação de segurança da UE com Timor-Leste mas também, e numa perspectiva mais ampla, com a própria ASEAN.
2. A cooperação militar bilateral portuguesa deverá ser desenvolvida por forma a adequar-se à natureza das ameaças e às principais vulnerabilidades de Timor-Leste e focalizar-se em domínios prioritários, nomeadamente nas seguintes áreas: (i) formação de oficiais superiores, (ii) logística, (iii) apoio e assistência técnica à consolidação de serviços de informações eficazes e (iv) desenvolvimento de capacidades mínimas no domínio naval, áreas que devem ser consideradas essenciais para a futura segurança de Timor. A manutenção de um nível significativo de cooperação militar portuguesa com Timor-Leste serve também um objectivo estratégico fundamental para Timor na exacta medida em que assegura alguma diversificação de relações, evitando uma excessiva dependência relativamente à Austrália.
3. A cooperação militar portuguesa deverá também ter como objectivo a capacitação de Timor-Leste para a cooperação em matéria de segurança com os parceiros regionais. Neste contexto, e tendo em conta a experiência da cooperação militar portuguesa em África, considera-se particularmente relevante a aposta na formação de um grupo de militares timorenses para participação em operações de manutenção de paz, nomeadamente no plano regional, dimensão que contribuirá não só para uma melhor inserção de Timor-Leste na comunidade de segurança regional mas também para o reforço da credibilidade e prestígio dos militares timorenses.
4. Portugal poderá vir a ser confrontado no futuro, após o fim da missão da ONU em 2005, com um pedido formal por parte do Governo timorense para envio de forças para o terreno. Para além do interesse timorense, não é de excluir que a

eventual presença de forças portuguesas, numa base bilateral, possa vir a ser encarada favoravelmente pelos países da ASEAN como factor de equilíbrio face à influência australiana e redução do risco de agravamento de tensões entre a ASEAN e a Austrália, tendo em consideração a imagem de Portugal como actor neutral e sem agenda estratégica agressiva e o papel de mediação já desempenhado pelo país. Nesta perspectiva, Portugal deverá preparar este cenário, quer ao nível diplomático quer militar, afigurando-se de grande relevância um esforço de preservação e dinamização dos contactos e laços institucionais e pessoais criados no âmbito da missão de paz com as estruturas militares de países como a Malásia, Singapura, Tailândia, Filipinas, através de troca de visitas e participação de militares portugueses em reuniões e seminários na região. Em paralelo, deverá ser dada particular atenção à manutenção de um canal e de contactos com a Austrália e os militares australianos, considerando-se que a possibilidade de concretização de acções de cooperação em domínios concretos favoreceria os interesses de Timor.

Por outro lado, considerando que a participação de Timor-Leste nos processos de cooperação regional em matéria de segurança é essencial para consolidar a sua própria segurança e controlar a intensidade das ameaças, um dos objectivos da acção de Portugal deverá ser o de facilitar o desenvolvimento da cooperação entre Timor e os outros países da região (dimensão que a operação de paz parece não ter dinamizado) e uma melhor inserção de Timor-Leste na comunidade de segurança regional, tarefa que será certamente potenciada pela existência de boas relações de Portugal com os meios militares regionais.

5. De forma a garantir a robustez e eficácia da estratégia e acção futuras de Portugal, afigura-se essencial que as Forças Armadas consolidem o conhecimento sobre questões de segurança no Sudeste Asiático, nomeadamente através do aprofundamento do capital de conhecimento inicial sobre a arquitectura de segurança regional adquirido durante a sua permanência na região e dos laços criados com os meios militares regionais. A acção das Escolas Militares e dos seus investigadores, em articulação com os militares que estiveram no terreno e com instituições civis, nomeadamente *think-tanks* com *know how* e contactos regionais, será decisiva nesta matéria.
6. As Forças Armadas deverão aprofundar a sua capacidade de desempenho de tarefas civis de apoio ao desenvolvimento, aspecto extremamente valorizado no âmbito da experiência de cooperação militar portuguesa em África, de modo a

que a cooperação militar contribua para desenvolver aspectos ligados à função económica e social das forças armadas em Timor, tornando-as em agentes activos do processo de desenvolvimento económico e humano. A polivalência dos destacamentos portugueses envolvidos na cooperação militar é um aspecto crítico que permite criar capacidades locais em áreas decisivas como a saúde ou a engenharia militar.

7. Portugal também pode contribuir para a segurança de Timor-Leste através da sua acção no seio da UE em dois planos distintos: no apoio e dinamização do papel da União enquanto actor estratégico no Sudeste Asiático, invertendo o quadro actual de défice de envolvimento, o qual é um sério obstáculo à emergência da UE como actor global; na dinamização do reforço da ajuda ao desenvolvimento a Timor-Leste por parte da UE, num quadro menos favorável em que a visibilidade de Timor tende a diminuir e surgem sinais de fadiga dos doadores, em especial na área do sistema judicial e das instituições de *law enforcement*.

A nova prioridade atribuída às questões de segurança não-tradicionais na região abre uma janela de oportunidade para um reforço significativo do papel da UE na segurança regional em áreas como o combate ao terrorismo, tráfico de droga, criminalidade organizada e branqueamento de capitais. O interesse da UE é considerável não só por esta ser uma região que é objecto de uma presença reforçada e competição estratégica entre os principais actores do sistema internacional, como os EUA, a China e o Japão, mas também porque constitui uma oportunidade para, na prática, demonstrar a visão específica europeia em termos de resposta a problemas prementes como o terrorismo, oferecendo uma alternativa à estratégia, percebida como sendo essencialmente militar, que os EUA implementaram na região depois do 11 de Setembro.

8. Afigura-se fundamental reforçar a capacidade portuguesa de participação nas esferas de decisão da UE na área da defesa e segurança, nomeadamente no núcleo de liderança da cooperação de segurança com o Sudeste Asiático que, a par da África Sub-saariana, deverá constituir uma área prioritária para a acção portuguesa. Portugal tem em relação a Timor-Leste uma oportunidade única para ter uma liderança europeia num nicho da política externa e da política de segurança e defesa da UE, podendo ainda a partir desta base desenvolver uma

capacidade de influência na construção da política europeia em relação ao Sudeste Asiático.

Neste quadro, a aposta de Portugal não deverá passar exclusiva nem essencialmente pela cooperação militar bilateral, muito exigente do ponto de vista financeiro e cuja sustentabilidade não estará garantida a prazo, mas sim pela procura de parcerias no seio da UE com outros Estados Membros interessados e que disponham de maiores capacidades financeiras e ao nível do equipamento militar, com vista ao desenvolvimento de acções conjuntas no âmbito da cooperação reforçada.

A capacidade de influenciar a política da UE e de construir parcerias para acções concretas depende em boa medida de um reforço da coordenação entre os sectores da diplomacia e da defesa, susceptível de garantir a inserção do esforço de cooperação militar portuguesa numa política externa mais global, bem como do reforço do *know how* sobre a segurança regional do Sudeste Asiático, essencial para apoiar a formulação e garantir a credibilidade e adequação das propostas portuguesas.

9. Portugal deverá desempenhar também um papel central na dinamização do reforço da ajuda ao desenvolvimento a Timor-Leste por parte da UE, num quadro que se prevê menos favorável, dada a diminuição da visibilidade de Timor e quando surgem sinais de fadiga dos doadores, em especial nas áreas do desenvolvimento institucional do sistema judicial e das instituições de *law enforcement*, com implicações directas na segurança interna e no combate ao crime organizado. Neste domínio, e de forma a maximizar o impacto de todas as intervenções, deverá garantir-se que a cooperação militar portuguesa ou no âmbito da UE articule de forma equilibrada as dimensões técnico-militares e de apoio ao desenvolvimento, com especial atenção às áreas de formação de técnicos locais e de reforço da capacidade organizacional e de gestão.
10. Portugal deverá desempenhar um papel activo no reforço das capacidades regionais de segurança no Sudeste Asiático, nomeadamente através da dinamização do apoio da UE à implementação do projecto da Comunidade de Segurança da ASEAN, constante da Declaração de Bali Concord II, para a qual a experiência da construção da política europeia de defesa e segurança será certamente relevante. Esta será, sem dúvida, uma forma eficaz de Portugal contribuir indirectamente para o reforço da segurança de Timor-Leste,

nomeadamente na perspectiva de Timor se tornar, a médio prazo, membro de pleno direito da ASEAN.

QUADRO 1 : Contributos nacionais para a componente militar da UNMISET

PAÍS	TROPAS		OBSERVADORES MILITARES	
	31-Out-02	01-Abr-04	31-Out-02	01-Abr-04
PORTUGAL	639	518	1	1
JAPÃO	640	378		
AUSTRÁLIA	829	307	15	7
FIJI	183	189		
PAQUISTÃO	108	74	15	5
BRAZIL	71	58	11	11
TAILÂNDIA	483	47	6	6
FILIPINAS	50	41	8	7
NOVA ZELÂNDIA	602	3	4	4
COREIA SUL	428	3		
SINGAPURA	214	3		
MALÁSIA	20	6	16	10
TOTAL	4309	1666	114	77
PESO RELATIVO PORTUGAL %	14,80%	31%		

Fonte: Nações Unidas, Reports of the Secretary-General on the UN Mission of Support in East Timor S/2002/1223 e S/2004/333 de 29.4.04

SUDESTE ASIÁTICO
DESPESAS MILITARES (1997-2002)
(Milhares de Milhões de USD)

Países	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Camboja	0,14	0,15	0,18	0,20	0,19	0,19
Filipinas 2	1,4	1,5	1,6	1,5	1,1	1,6
Indonésia	4,8 3	5,0 3	1,5	1,5	5,6 3	6,6 3
Laos	----	0,03	0,02	0,02	0,017	0,015
Malásia 3	3,4	3,3	3,2	2,8	3,3	3,4
Myanmar	2,2	2,1	2,0	2,1	2,3	3,0
Singapura	4,6	4,8	4,7	4,8	4,4	4,6
Tailândia	3,3	2,1	2,6	2,5	1,9	1,8
Vietname	1,0	0,9	0,95	2,3	2,4	2,4
Pour memoire						
Austrália	8,6	8,1	7,8	7,9	7,0	8,0
RPCChina 1	36,6	37,5	39,5	42,0	43,5	51,0

1. Inclui despesas militares extra-orçamentais.
2. Inclui despesas com as forças paramilitares
3. Inclui despesas com a indústria de defesa

Fonte: The International Institute for Strategic Studies (IISS), “The Military Balance – 1999-2000, 2000-2001, 2001-2002, 2002-2003, 2003-2004”, Oxford University Press, London.

SUDESTE ASIÁTICO – EFECTIVOS MILITARES

Países	2000					2001					2002		
	Forças Armadas				Para-Milit	Forças Armadas				Para-Milit	Forças Armadas		
	Total	E	M	FA		Total	E	M	FA		Total	E	M
Camboja	140,01	90,0	3,0	2,0	67,0	140,01	90,0	3,0	2,0	67,0	125,01	75,0	3,0
Filipinas	106,0	66,0	24,0	16,0	42,5	107,0	67,0	24,0	16,0	44,0	106,0	66,0	24,0
Indonésia	297,0	230,0	40,0	27,0	195,0	297,0	230,0	40,0	27,0	195,0	297,0	230,0	40,0
Laos	29,1	25,6 2	---	3,5	100,0	29,1	25,6 2	---	3,5	100,0	29,1	25,6 2	---
Malásia	96,0	80,0	8,0	8,0	20,1	100,5	80,0	12,5	8,0	20,1	100,0	80,0	12,0
Myanmar	344,0	325,0	10,0	9,0	85,25	344,0	325,0	10,0	9,0	100,25	344,0	325,0	10,0
Singapura	60,5	50,0	4,5	6,0	108,0	60,5	50,0	4,5	6,0	94,0	60,5	50,0	4,5
Tailândia	301,0	190,0	68,0	43,0	115,6	306,0	190,0	68,0	48,0	104,0	306,0	190,0	68,0
Vietname	484,0	412,0	42,0	30,0	40,0	484,0	412,0	42,0	30,0	40,0	484,0	412,0	42,0
Pour memoire													
Austrália	50,6	24,15	12,5	13,95	n/d	50,7	24,15	12,5	14,05	n/d	50,92	25,15	12,5
RPCChina	2470,0	1700,0	220,0	420,0	1300,0	2310,0	1600,0	250,0	420,0	1500,0	2270,0	1600,0	250,0

1. Inclui 45,0 Forças Provinciais
2. Inclui 600 elementos da Patrulha Fluvial

Fonte: The International Institute for Strategic Studies (IISS), “The Military Balance – 2000-2001, 2001-2002, 2002-2003, 2003-2004”, Oxford University Press, London.

SUDESTE ASIÁTICO
EFFECTIVOS MILITARES (2000-2001)
(milhares)

Países	2000					2001				
	Forças Armadas				Para-Militares	Forças Armadas				Para-Militares
	Total	E	M	FA		Total	E	M	FA	
Camboja	140,0 ¹	90,0	3,0	2,0	67,0	140,0 ¹	90,0	3,0	2,0	67,0
Filipinas	106,0	66,0	24,0	16,0	42,5	107,0	67,0	24,0	16,0	44,0
Indonésia	297,0	230,0	40,0	27,0	195,0	297,0	230,0	40,0	27,0	195,0
Laos	29,1	25,6 ²	---	3,5	100,0	29,1	25,6 ²	---	3,5	100,0
Malásia	96,0	80,0	8,0	8,0	20,1	100,5	80,0	12,5	8,0	20,1
Myanmar	344,0	325,0	10,0	9,0	85,25	344,0	325,0	10,0	9,0	100,25
Singapura	60,5	50,0	4,5	6,0	108,0	60,5	50,0	4,5	6,0	94,0
Tailândia	301,0	190,0	68,0	43,0	115,6	306,0	190,0	68,0	48,0	104,0
Vietname	484,0	412,0	42,0	30,0	40,0	484,0	412,0	42,0	30,0	40,0
Pour Memoire										
Austrália	50,6	24,15	12,5	13,95	n/d	50,7	24,15	12,5	14,05	n/d
RPChina	2470,0	1700,0	220,0	420,0	1300,0	2310,0	1600,0	250,0	420,0	1500,0

3. Inclui 45,0 Forças Provinciais

4. Inclui 600 elementos da Patrulha Fluvial

Fonte: The International Institute for Strategic Studies (IISS), "The Military Balance – 2000-2001, 2001-2002, 2002-2003, 2003-2004", Oxford University Press, London.

SUDESTE ASIÁTICO
EFFECTIVOS MILITARES (2002-2003)
(milhares)

Países	2002					2003				
	Forças Armadas				Para-Militares	Forças Armadas				Para-Militares
	Total	E	M	FA		Total	E	M	FA	
Camboja	125,0 ¹	75,0	3,0	2,0	67,0	125,0 ¹	75,0	3,0	2,0	67,0
Filipinas	106,0	66,0	24,0	16,0	44,0	106,0	66,0	24,0	16,0	44,0
Indonésia	297,0	230,0	40,0	27,0	195,0	302,0	230,0	45,0	27,0	195,0
Laos	29,1	25,6 ²	---	3,5	100,0	29,1	25,6 ²	---	3,5	100,0
Malásia	100,0	80,0	12,0	8,0	20,1	104,0	80,0	14,0	10,0	20,1
Myanmar	344,0	325,0	10,0	9,0	100,25	381,0	350,0	16,0	15,0	107,0
Singapura	60,5	50,0	4,5	6,0	96,3	72,5	50,0	9,0	13,5	96,3
Tailândia	306,0	190,0	68,0	48,0	113,0	314,2	190,0	79,2	45,0	113,0
Vietname	484,0	412,0	42,0	30,0	40,0	484,0	412,0	42,0	30,0	40,0
Pour Memoire										
Austrália	50,92	25,15	12,57	13,2	n/d	53,65	26,6	12,85	14,2	n/d
RPChina	2270,0	1600,0	250,0	420,0	1500,0	1250,0	1700,0	250,0	400,0	1500,0

1. Inclui 45,0 Forças Provinciais

2. Inclui 600 elementos da Patrulha Fluvial

Fonte: The International Institute for Strategic Studies (IISS), "The Military Balance – 2000-2001, 2001-2002, 2002-2003, 2003-2004", Oxford University Press, London.

E - Exército

M- Marinha

FA – Força Aérea

PARTICIPAÇÃO em MISSÕES DE PAZ

MISSÕES DE PAZ - 2000

Países	UNAMA Afeganistão	UNTAET Timor- Leste	UNMEE Etiópia/ Eritreia	UNTSO Médio Oriente	UNAMSIL Serra Leoa	MINURSO Sahara Occidental	UNOMIG Geórgia	MONUC RD Congo	UNIK Iraq Kuwait
Austrália	----	1620 (incl. 19 obs)	---	11 obs	----	----	----	----	---
RPCChina	----	----	---	4 obs	6 obs	16 obs	----	---	11 o
Filipinas	----	623 (incl. 20 obs)	----	----	----	----	----	----	----
Indonésia	----	----	----	----	10 obs	---	4 obs	---	4 o
Malásia	----	32 (incl 20 obs)	----	----	10 obs	13 obs	----	9 obs	5 o
Singapura	----	24	----	----	----	----	----	----	5 o
Tailândia	----	920 (incl 10 obs)	----	----	5 obs	----	----	----	5 o

Fonte: The International Institute for Strategic Studies (IISS), “The Military Balance – 2000-2001”, Oxford University Press, London.

MISSÕES DE PAZ - 2001

Países	UNAMA Afeganistão	UNTAET Timor- Leste	UNMEE Etiópia/ Eritreia	UNTSO Médio Oriente	UNAMSIL Serra Leoa	MINURSO Sahara Occidental	UNOMIG Geórgia	MONUC RD Congo	UNIK Iraq Kuwait
Austrália	----	1474 (incl. 17 obs)	2 obs	12 obs	----	----	----	----	----
RPCChina	----	----	5 obs	5 obs	6 obs	16 obs	----	10 obs	11 o
Filipinas	----	617 (incl. 8 obs)	----	----	----	----	----	----	----
Indonésia	----	----	----	----	10 obs	---	4 obs	5 (incl 2 obs)	6 o
Malásia	----	35 (incl 15 obs)	12 (incl 7 obs)	----	10 obs	13 obs	----	18 (incl 7 obs)	6 o
Singapura	----	87	2 obs	----	----	----	----	----	5 o
Tailândia	----	742 (incl 6 obs)	----	----	5 obs	----	----	----	5 o

Fonte: The International Institute for Strategic Studies (IISS), “The Military Balance –2001-2002”, Oxford University Press, London.

MISSÕES DE PAZ - 2002

Países	UNAMA Afeganistão	UNMISSET Timor-Leste	UNMEE Etiópia/Eritreia	UNTSO Médio Oriente	UNAMSIL Serra Leoa	MINURSO Sahara Ocidental	UNOMIG Geórgia	MONUC RD Congo	UNIK Iraque Kuwait
Austrália	----	1315 (incl. 15 obs)	2 obs	11 obs	----	----	----	----	----
RPCChina	----	----	5 obs	1 obs	6 obs	16 obs	----	10 (incl 9 obs)	11 obs
Filipinas	----	8 obs	----	----	----	----	----	----	----
Indonésia	----	----	----	----	----	10 obs	4 obs	10 (incl 3 obs)	6 obs
Malásia	----	36 (incl 16 obs)	12 (incl 7 obs)	----	10 obs	13 obs	----	18 (incl 6 obs)	7 obs
Singapura	----	129	2 obs	----	----	----	----	----	2 obs
Tailândia	----	372 (incl 6 obs)	----	----	5 obs	----	----	----	6 obs

Fonte: The International Institute for Strategic Studies (IISS), “The Military Balance –2002-2003”, Oxford University Press, London.

MISSÕES DE PAZ - 2003

Países	UNAMA Afeganistão	UNMISSET Timor-Leste	UNMEE Etiópia/Eritreia	UNTSO Médio Oriente	UNAMSIL Serra Leoa	MINURSO Sahara Ocidental	UNOMIG Geórgia	MONUC RD Congo	UNIK Iraque Kuwait
Austrália	1 obs	824 (incl. 11 obs)	2 obs	11 obs	----	----	----	----	----
RPCChina	----	----	6 obs	5 obs	6 obs	19 obs	----	197 (incl 9 obs)	----
Filipinas	----	62 (incl 7 obs)	----	----	----	----	----	----	----
Indonésia	----	----	----	----	----	10 obs	4 obs	13 (incl 4 obs)	----
Malásia	----	16 obs	11 (incl 7 obs)	----	10 obs	14 obs	----	18 (incl 6 obs)	----
Singapura	----	233	1 obs	----	----	----	----	----	----
Tailândia	----	508 (incl 6 obs)	----	----	10 (incl 5 obs)	----	----	----	----

Fonte: The International Institute for Strategic Studies (IISS), “The Military Balance – 2003-2004”, Oxford University Press, London.

